

**HABEAS CORPUS Nº 547.674 - MG (2019/0352434-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : RAFAEL MENDES ZAINOTTE PITZER  
**ADVOGADO** : RAFAEL MENDES ZAINOTTE PITZER - MG178065  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MAGNO SEBASTIÃO DA SILVA PAPA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. SUPOSTA DEMORA NA COLOCAÇÃO DO PACIENTE EM REGIME SEMIABERTO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAGNO SEBASTIÃO DA SILVA PAPA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 1.0000.19.154383-4/000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Sob a alegação de que, mesmo após a concessão da progressão ao regime semiaberto, o Paciente cumpre pena em regime prisional mais gravoso, a Defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido de liminar, perante o Tribunal *a quo*. O Desembargador Relator indeferiu o pedido urgente (fls. 19-20).

Neste *writ*, argumenta o Impetrante que, a "*manutenção do PACIENTE em regime mais gravoso daquele em que deveria estar cumprindo o restante de sua pena já ultrapassou o limite do razoável, quase 50 (cinquenta) dias, configurando, portanto, patente constrangimento ilegal que só pode ser sanado através da via estreita do Habeas Corpus*" (fl. 5).

Alega que "*não é justo que o PACIENTE desde o dia 02.10.2019, por uma incompetência de gerenciamento do Estado, fique detido em circunstâncias mais gravosas e distintas da que deveria estar, vez que tal atitude afronta os princípios*

# Superior Tribunal de Justiça

*constitucionais da legalidade, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana"* (fls. 9-10).

Requer, liminarmente, a "*imediata colocação do PACIENTE em prisão domiciliar, ou imediata colocação do PACIENTE no regime SEMIABERTO em estabelecimento prisional próximo de sua residência, a saber, em Governador Valadares/MG*" (fl. 17). No mérito, pleiteia a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

É o relatório.

Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 12/06/2018.)

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido, que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na situação dos autos, não se verifica, *prima facie*, ilegalidade patente que

# Superior Tribunal de Justiça

autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo porque, ao indeferir a liminar, o Desembargador Relator ressaltou que "*questões referentes à execução exigem a oitiva prévia da autoridade apontada como coatora, para melhor análise e formação da convicção a respeito do suposto constrangimento ilegal, que será examinado pela Turma Julgadora no momento do conhecimento do mérito do "habeas corpus"* (fl. 20), a demonstrar que a questão exige o prévio exame pelo Tribunal de origem.

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Destaque-se que, não havendo notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora